BOLETIM SINTEPS
FILIADO À CUT
Nº 72 - Setembro/2019
JUNTOS, CONQUISTAMOS MAIS!

Sinteps na rede
Site: www.sinteps.org.br
Facebook: http://www.facebook.com/sindicatodostrabalhadores.sinteps
Twitter: https://twitter.com/SINTEPS1993
YouTube: TV Sinteps

Reunião entre Sinteps e Superintendência traz alguns pontos positivos: Centro implantará horário de estudante e anuncia concurso para começo de 2020. Comissões acordadas devem ter início em breve

A Diretoria Executiva do Sinteps reuniu-se com a Superintendente do Centro Paula Souza, Laura Laganá, no dia 6/9. A reunião aconteceu após seguidas cobranças da Diretoria Executiva do Sindicato sobre a necessidade de retomar a discussão a respeito das reivindicações da data-base 2019. A superintendente estava acompanhada de sua vice, Emilena Lorenzon Bianco, do chefe de gabinete da Superintendência, Armando Natal Maurício, do Coordenador Técnico da URH, Vicente Mellone, e alguns assessores. Uma boa notícia trazida à reunião é a autorização para realização de concurso público para 1.000 docentes e 300 cargos administrativos. Apesar de insuficiente para todas as necessidades das unidades, dentro do panorama atual de cortes na educação, é um começo.

A reunião em 6/9. Ao lado, a superintendente Laura Laganá

A Superintendência informou que está implantando o 'Horário Estudante', que é uma das reivindicações da pauta do Sinteps, mas não deu maiores detalhes. Os diretores do Sindicato solicitaram o comunicado oficial sobre a concessão e aguardam que isso aconteça para divulgar a informação completa à categoria.

Os representantes do Sinteps cobraram o andamento de alguns compromissos assumidos em reuniões anteriores, como é o caso da constituição de duas comissões conjuntas (*veja a seguir*) e os impactos das reivindicações apresentadas em marco deste ano.

A seguir, confira os principais pontos discutidos.

Comissões

Os representantes do Sindicato cobraram o início do funcionamento das duas comissões que haviam sido acordadas em abril: uma para tratar da revisão da carreira implantada em 2014 e uma para rever os critérios de concursos públicos. A professora Laura disse que já dispõe dos nomes que representarão o Centro; as portarias para formalização das comissões devem sair em breve, conforme apurado pela assessoria de imprensa do Sinteps junto à Prof.ª Sonia Charpentier, responsável pela elaboração final das portarias.

A criação da comissão para revisão da carreira é um passo importante para a categoria, pois, como sabemos, as tabelas salariais estão defasadas; há benefícios que devem ser incluídos (como o plano de saúde institucional); são necessárias alterações nas formas de progressão e promoção; dentre vários outros pontos presentes na proposta da Diretoria Executiva, aprovada no VIII Congresso da Categoria e **disponível** no *site* da entidade. Os trabalhadores do Centro têm uma importante etapa pela frente: contribuir com suas sugestões para que, juntos, possamos construir uma nova carreira que atenda aos anseios de todos.

Plano de saúde

Os diretores do Sinteps voltaram a cobrar da Superintendência a implantação do plano de saúde institucional, que foi aprovado na carreira, em 2014, mas depende da existência de recursos para ter início. A Diretoria Executiva informou à superintendente que está participando das audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa (**veja detalhes no site**), em várias cidades, para discutir o orçamento do estado em 2020. Além de descrever a situação dos trabalhadores do Centro e destacar a falta de reajuste salarial nos últimos anos, os diretores do Sindicato estão defendendo a aprovação de uma emenda no orçamento, em custeio, no valor de R$ 50 milhões, que seriam destinados a iniciar a implantação do plano de saúde. A direção do Sinteps cobrou o empenho da Superintendência para a aprovação da emenda

→

proposta. A direção pede aos trabalhadores que, além de participar das audiências em suas cidades, cobrem dos deputados da sua região a aprovação da emenda (como impositiva).

A professora Laura também manifestou interesse em conhecer os detalhes sobre o convênio que o Sindicato mantém com a Unimed Seguros. O Sinteps solicitará que um representante da Unimed Seguros reúna-se com ela.

Extensão da promoção especial aos administrativos e auxiliares de docente

A Diretoria do Sinteps voltou a insistir no atendimento de uma das principais reivindicações da pauta, que é a extensão do enquadramento especial para os administrativos e auxiliares de docente, da mesma forma que foi feito com os docentes em julho de 2016.

O enquadramento especial foi uma conquista da carreira em 2014, permitindo que os docentes migrassem diretamente para a referência correspondente à sua titulação. Embora a reivindicação fosse para todos, os administrativos e auxiliares de docente ficaram de fora.

Enfatizando, mais uma vez, que o custo financeiro desta reivindicação é ínfimo, mas que o seu atendimento faria enorme justiça a estes dois segmentos, o Sinteps cobrou a divulgação dos atuais impactos financeiros de sua aplicação. O chefe de gabinete da Superintendência comprometeu-se a fazer esse estudo e apresentá-lo ao Sindicato num prazo de 15 dias, para cobrança da alteração legal necessária junto ao governo e à Assembleia Legislativa.

Critérios para evolução (PLC 30)

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 30/2018 recentemente na Assembleia Legislativa (**confira mais detalhes no site**), sem as emendas defendidas pelo Sindicato, tivemos um retrocesso: a vitória judicial do Sinteps contra as regras de Promoção que qualificavam as titulações (Deliberação Ceeteps 27/2017) perdeu a validade. Com a aprovação do PLC 30, voltou a vigorar a exigência de que os cursos a serem considerados para a evolução tenham relação direta com a área do servidor.

Em 2020, de acordo com o plano de carreira vigente, está prevista promoção (mudança de referência) para os que fizerem jus a ela. Os representantes do Sinteps na reunião em 6/9 resgataram a cobrança feita há tempos sobre a divulgação dos critérios que serão utilizados para esta evolução, já prevista na lei desde 2014.

Além do retrocesso para os docentes, os Agente Técnicos Administrativos passam a ter a exigência da titulação compatível com a área de atuação, o que, no caso dos administrativos, é algo complexo.

Diante desse cenário, os representantes do Sindicato reforçaram a cobrança pela urgente divulgação dos critérios e que, no caso dos administrativos, haja uma flexibilidade em relação às áreas dos cursos a serem considerados. A professora Laura informou que os critérios estão sendo formulados e serão divulgados o quanto antes; disse ainda que levará em conta a reivindicação do Sindicato.

Pontuação docente e atribuição de aulas nas ETECs

Os representantes do Sinteps cobraram da Superintendência a urgente divulgação dos critérios para a pontuação docente e que seja respeitada a decisão judicial que deu ganho de causa ao Sindicato contra o teor da Portaria CETEC 1.263/2017. A assessoria jurídica do Sinteps ajuizou e ganhou ação questionando o conteúdo da portaria, que favorecia os ocupantes de cargos de confiança na pontuação, em detrimento dos que atuam exclusivamente em sala de aula. De acordo com a decisão judicial, a portaria está suspensa e o Centro deve garantir a isonomia de tratamento entre todos os docentes.

Recentemente, o Grupo de Trabalho (GT) criado pela Superintendência do Centro para discutir possíveis alterações nas legislações que regulamentam o processo de atribuição de aulas nas ETECs concluiu seus trabalhos, SEM RESOLVER O PROBLEMA DA PONTUAÇÃO DOCENTE, apenas apresentando uma nova proposta de deliberação. A proposta do GT foi enviada para as unidades, com o pedido de sugestões até 20 de setembro.

Embora contasse com um representante do segmento docente, indicado pelo Sinteps, o GT não levou em consideração a proposta de deliberação apresentada pelo Sindicato, que já estabelecia as regras para a pontuação de acordo com a decisão judicial.

É importante ressaltar que esta nova deliberação irá substituir a atual deliberação 23/2015, que não foi questionada judicialmente. Os trabalhos do GT não tiveram o condão de resolver a questão da portaria conforme determinado judicialmente. Uma nova portaria pode ser baixada a qualquer momento pela CETEC, sem qualquer discussão com os trabalhadores.

De qualquer forma, a proposta de nova deliberação aprovada pela maioria dos membros do GT da Superintendência é muito ruim e precisa ser melhorada substancialmente. Há vários retrocessos que trarão muitos danos aos docentes.

Assim, a direção do sindicato reforça a indicação aos docentes das ETECs que participem das reuniões em suas unidades e façam sugestões e críticas à proposta de minuta encaminhada pelo Centro. Como subsídio, o Sinteps fará uma análise mais detalhada sobre o teor da proposta do Centro durante a reunião do Conselho Diretor (CD) do Sindicato, marcada para 12/9, quando divulgaremos uma orientação geral para intervenção dos trabalhadores nas reuniões de suas unidades.

O Sinteps considera indispensável que o Centro siga a decisão judicial e garanta a isonomia entre os docentes para a pontuação. Além disso, que divulgue imediatamente as novas regras de pontuação, pois, como já dissemos, esta deliberação em discussão (que é só cortina de fumaça) NÃO define a PONTUAÇÃO DOCENTE, e, portanto, NÃO RESOLVE O PROBLEMA DA ATRIBUIÇÃO DE AULAS.